

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021 - SRP

OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de Gêneros Alimentícios para atender as necessidades das Secretarias Municipais e setores ligados às mesmas.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 012/2021

MODALIDADE LICITATÓRIA: PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021 - SRP

UNIDADE SOLICITANTE: Secretarias Municipais

OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de Gêneros Alimentícios para atender as necessidades das Secretarias Municipais e setores ligados às mesmas.

DATA DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL: 29/01/2021

DATA DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA: 11 de Fevereiro de 2021

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

VENCEDORAS: BOA COMPRA SUPERMERCADO LTDA CNPJ: 08.470.829/0001-60; LUAN NASCIMENTO LUZ ME CNPJ: 19626.560/0001-84; ANTÔNIO ARSÊNIO DA FRANÇA ME CNPJ: 05.286.723/0001-12; MARIA NALVA DE ALMEIDA LUZ 00432099557 CNPJ: 39.855.133/0001-85; MAYKE FERREIRA DE OLIVEIRA CNPJ: 24.453.487/0001-26; CAMILA SOUSA ROCHA ME CNPJ: 11.620.752/0001-71; MARIA CLARICE DE SOUZA CPF: 537.603.525-53; VILMA LIMA SANTOS CPF: 882.203.205-59

VALOR GLOBAL: R\$ 1.291.598,50 (um milhão duzentos e noventa e um mil quinhentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos)

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 15 de Fevereiro de 2021

DATA DA CONTRATAÇÃO: 15 de Fevereiro de 2021

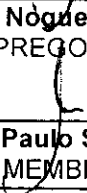
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

COMISSÃO DE PREGÃO PRESENCIAL


Camila Nunes Silva Costa
MEMBRO


Aline Nogueira Lima Alves
PREGOEIRA


Miraildo Campos de Sousa
MEMBRO


Antônio Paulo Silva Rocha
MEMBRO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2021

OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de Gêneros Alimentícios para atender as necessidades das Secretarias Municipais e setores ligados às mesmas.

AUTUAÇÃO

Aos 20 (vinte) dias do mês de Janeiro de 2021, autuo o ofício requisitório das secretarias e os documentos que adiante se vê.



Aline Nogueira Lima Alves
Pregoeira Municipal

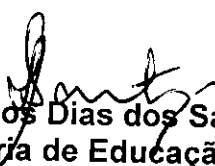
Cândido Sales, 20 de Janeiro de 2021

Senhor Prefeito,

Objetivando dar continuidade ao Plano de Trabalho desta gestão, solicitamos de Vossa Excelência a viabilidade financeira para contratação de empresa para aquisição de Gêneros Alimentícios para atender as necessidades desta Secretaria e setores ligados à mesma.

Na certeza de podermos contar com o atendimento ao pedido ora formulado, agradecemos.

Atenciosamente,


Sidélia Lemos Dias dos Santos
Secretária de Educação
Decreto 002/2021

Exmº. Sr.
Maurílio Lemos das Virgens
DD. Prefeito Municipal de Cândia Sales
Nesta.


Cândido Sales, 20 de Janeiro de 2021

Senhor Prefeito,

Objetivando dar continuidade ao Plano de Trabalho desta gestão, solicitamos de Vossa Excelência a viabilidade financeira para contratação de empresa para aquisição de Gêneros Alimentícios para atender as necessidades desta Secretaria e setores ligados à mesma.

Na certeza de podermos contar com o atendimento ao pedido ora formulado, agradecemos.

Atenciosamente,


Hélio Fortunato Pereira
Secretário de Administração
Decreto 003/2021

Exmº. Sr.
Maurílio Lemos das Virgens
DD. Prefeito Municipal de Cândido Sales
Nesta.

Cândido Sales, 20 de Janeiro de 2021

Senhor Prefeito,

Objetivando dar continuidade ao Plano de Trabalho desta gestão, solicitamos de Vossa Excelência a viabilidade financeira para contratação de empresa para aquisição de Gêneros Alimentícios para atender as necessidades desta Secretaria e setores ligados à mesma.

Na certeza de podermos contar com o atendimento ao pedido ora formulado, agradecemos.

Atenciosamente,


Leide Cléia L. Ferraz de Oliveira
Secretária de Desenvolvimento Social
Decreto 004/2021

Exmº. Sr.
Maurílio Lemos das Virgens
DD. Prefeito Municipal de Cândido Sales
Nesta.

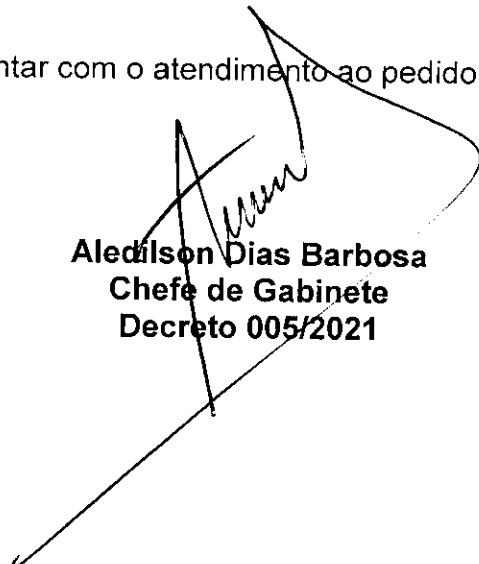
Cândido Sales, 20 de Janeiro de 2021

Senhor Prefeito,

Objetivando dar continuidade ao Plano de Trabalho desta gestão, solicitamos de Vossa Excelência a viabilidade financeira para contratação de empresa para aquisição de Gêneros Alimentícios para atender as necessidades desta Secretaria e setores ligados à mesma.

Na certeza de podermos contar com o atendimento ao pedido ora formulado, agradecemos.

Atenciosamente,


Aledilson Dias Barbosa
Chefe de Gabinete
Decreto 005/2021

Exmº. Sr.
Maurílio Lemos das Virgens
DD. Prefeito Municipal de Cândido Sales
Nesta.

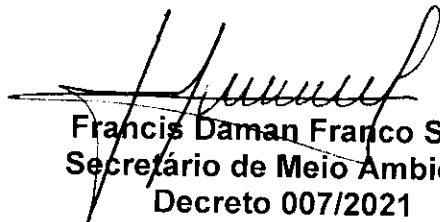
Cândido Sales, 20 de Janeiro de 2021

Senhor Prefeito,

Objetivando dar continuidade ao Plano de Trabalho desta gestão, solicitamos de Vossa Excelência a viabilidade financeira para contratação de empresa para aquisição de Gêneros Alimentícios para atender as necessidades desta Secretaria e setores ligados à mesma.

Na certeza de podermos contar com o atendimento ao pedido ora formulado, agradecemos.

Atenciosamente,


Francis Daman Franco Silva
Secretário de Meio Ambiente
Decreto 007/2021

Exmº. Sr.
Maurílio Lemos das Virgens
DD. Prefeito Municipal de Cândido Sales
Nesta.

Cândido Sales, 20 de Janeiro de 2021

Senhor Prefeito,

Objetivando dar continuidade ao Plano de Trabalho desta gestão, solicitamos de Vossa Excelência a viabilidade financeira para contratação de empresa para aquisição de Gêneros Alimentícios para atender as necessidades desta Secretaria e setores ligados à mesma.

Na certeza de podermos contar com o atendimento ao pedido ora formulado, agradecemos.

Atenciosamente,


Antônio Marcos Ferreira da Costa
Secretário de Saúde
Decreto 008/2021

Exmº. Sr.
Maurílio Lemos das Virgens
DD. Prefeito Municipal de Cândido Sales
Nesta.


Cândido Sales, 20 de Janeiro de 2021

Senhor Prefeito,

Objetivando dar continuidade ao Plano de Trabalho desta gestão, solicitamos de Vossa Excelência a viabilidade financeira para contratação de empresa para aquisição de Gêneros Alimentícios para atender as necessidades desta Secretaria e setores ligados à mesma.

Na certeza de podermos contar com o atendimento ao pedido ora formulado, agradecemos.

Atenciosamente,

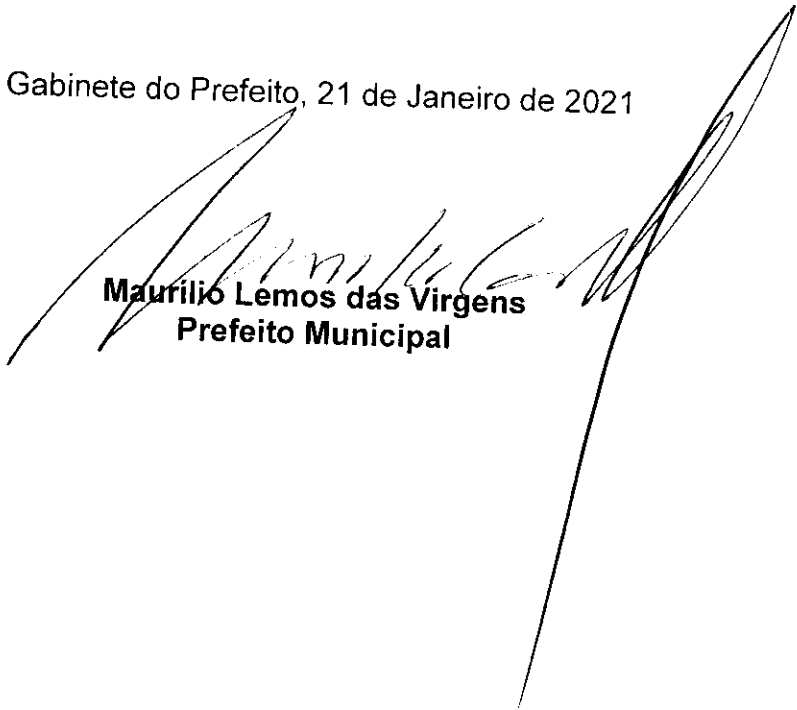

William Alves Oliveira Santos
Secretário de Cultura
Decreto 010/2021

Exmº. Sr.
Maurílio Lemos das Virgens
DD. Prefeito Municipal de Cândido Sales
Nesta.

**AO
SETOR CONTABIL**

De acordo com a solicitação das Secretarias Municipais, determino que Vossa Senhoria informe quanto à existência de recursos orçamentários capazes de atender à respectiva despesa para contratação de empresa para aquisição de Gêneros Alimentícios para atender as necessidades das Secretarias Municipais e setores ligados às mesmas.

Gabinete do Prefeito, 21 de Janeiro de 2021


Maurílio Lemos das Virgens
Prefeito Municipal

Ao Gabinete do Prefeito

Informamos que existe disponibilidade orçamentária para atender as despesas referidas neste processo:

ORGÃO: 2 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO SALES

SECRETARIA: 02 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

UNIDADE: 02.02. – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

ATIVIDADE/PROJETO: 2.007 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SEC. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

SECRETARIA: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE: 02.04. – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ATIVIDADE/PROJETO: 2.015 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2.020 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PNAE

2.017 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL

2.018 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO INFANTIL

ÓRGÃO: 5 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SECRETARIA: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE APOIO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

UNIDADE: 02.06.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE APOIO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

02.06.02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATIVIDADE/PROJETO: 2.030 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE APOIO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

2.032 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.033 – MANUTENÇÃO DO GRUPO PROGRAMAS

ÓRGÃO: 6 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SECRETARIA: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS

UNIDADE: 02.05.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA – SMS

02.05.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATIVIDADE/PROJETO: 2.023 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE
2.025 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.028 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO BLOCO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTES: 00 – RECURSOS ORDINÁRIOS

01- REC. DE IMP. E TRANSF. DE IMPOSTOS – EDUCAÇÃO 25%

02 – REC. DE IMPOSTOS E TRANSF. DE IMPOSTOS – SAÚDE 15%

14 – TRANSF. DE RECURSOS DO SUS

29 – TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNAS

Cândido Sales – Ba, 22 de Janeiro de 2021


Manuel Carlos Alves Macedo
Setor Contábil

A
Procuradoria Jurídica

O Prefeito Municipal de Cândido Sales/BA no uso de suas atribuições legais informa que após analisar o pedido das Secretarias Municipais, considerando a necessidade de contratação de empresa para aquisição de Gêneros Alimentícios para atender as necessidades das Secretarias Municipais e setores ligados às mesmas, solicita para manifestar o DD Procurador sobre o referido processo nº. 012/2021, opinando e emitindo seu parecer sobre o melhor procedimento a ser adotado nesta contratação solicitada, bem como pela elaboração e minuta do Edital.

Gabinete do Prefeito, 25 de Janeiro de 2021


Maurício Lemos das Virgens
Prefeito Municipal

PARECER JURÍDICO

SOLICITANTE : PREFEITO MUNICIPAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E SETORES.

Legislação Aplicável. Lei nº 8.666/1993 (Instituiu normas para licitações e contratos da Administração Pública). Lei nº 10.520/2002 (Instituiu, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns).

I - RELATÓRIO

Submete-se ao crivo desta Assessoria, solicitação do Prefeito Municipal na qual se requer análise jurídica da modalidade a ser escolhida para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E SETORES.

Inicialmente é importante afirmar que a Constituição Federal em seu art.37, XXI, tornou o processo licitatório *conditio sine quanon* para contratos que tenham como parte o Poder Público, relativos a obras, serviços, compras e alienações, ressalvados os casos especificados na legislação.

Toda licitação deve se pautar em princípios e regras previstos no texto constitucional. Diante disso salienta Marcio Pestana (in, Direito administrativo brasileiro. 2. Ed. Rio De JANEIRO: Elsevier, 2010):

“permitem que o interprete e o aplicador do Direito no caso concreto, mais das vezes, possam, a partir da sua luminosidade, solucionar questões que, sob a ótica dogmática, poderiam apresentar aparente perplexidade”.

Assim, o presente parecer busca traçar pontos legais a respeito da modalidade a ser utilizada sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na análise da conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito da Prefeitura Municipal de Cândido Sales, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica ou administrativa, tendo em vista o Poder Discricionário do Responsável direto.

É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Considerando a concorrência de diversas normas de origem federal, estadual e municipal, a modalidade licitatória PREGÃO é aplicável, cumprindo tecer breves considerações sobre a maneira como as diversas normas sobre a matéria hão de ser interpretadas.

Em primeiro lugar, parte-se do pressuposto de que norma é o gênero do qual são espécies as regras e os princípios, que se diferenciam lógica e qualitativamente.

Assim, na análise do sistema jurídico e tendo em vista um caso concreto o interprete, há de levar em conta não apenas as regras, dotadas de alta especificidade, mas também os princípios, observando, sempre a hierarquia das normas, portanto respeitando a supremacia da Constituição Federal sobre todos os demais atos normativos.

Diante disso, a par dessa abordagem constitucional, mister que as regras relativas ao pregão sejam interpretadas, também, a partir do que dispõem as normas (princípios e regras) da Lei 8.666/93.

Este é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

“I- à licitação modalidade pregão, aplicam-se subsidiariamente, as disposições da Lei nº. 8.666/93” (resp 822337/MS; RECURSO ESPECIAL. 2006/0039188-9 Relator(a) Ministro Francisco Falcão (1116) Órgão Julgador T1- PRIMEIRA TURMA Data de Julgamento 16/05/2006 Data de Publicação/Fonte DJ 01.06.2006 P.168).

Na mesma linha ainda, temos os ensinamentos de Vera Scarpinela (in, licitação na modalidade de pregão. Malheiros Editores, pag.87/8):

“ com efeito, a Lei nº. 10.520 é singela e não traz todas soluções especialmente de cunho procedimental necessárias para a dinâmica da nova modalidade; sendo-lhe aplicável tal conjunto de normas gerais definidas na Lei nº. 8.666. assim, são aplicáveis á nova modalidade as normas gerais procedimentais da Lei nº. 8.666, a título de complementação, que sejam compatíveis com o novo regime fixado na Lei nº. 10.520”

Por esse raciocínio, á falta de solução procedimental especifica na Lei nº. 10.520, deve ser aplicado o regime geral da Lei nº. 8666, o qual passa a compor, em conjunto com a Lei do Pregão, a norma geral procedimental da nova modalidade. O papel das normas gerais da Lei nº. 8.666 no pregão é preencher eventuais lacunas procedimentais da norma geral do pregão.

Como já afirmado alhures, norteiam os procedimentos licitatórios os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, economicidade, competitividade e eficiência (art. 37 da Constituição Federal art.3º da Lei 8.666/93). *In casu*, pode-se dizer que na modalidade de licitação Pregão Presencial (Regulamentada pela Lei 10.520/2002,) primeiro se verificam os envelopes contendo as propostas, seguindo-se de lance orais, em que prevalece o menor preço. Apenas posteriormente será analisado o envelope de habilitação, da empresa que apresentar a melhor proposta. Nesse ínterim, pode ocorrer a avaliação de amostras, caso o edital assim o preveja.

Sinalo que o presente parecer não se adentrará no exame exclusivo da minuta de edital, mesmo porque não foi essa solicitação da Administração, entretanto, teceremos algumas orientações dos atos do procedimento licitatório realizados até então.

O edital deve seguir todas as cautelas recomendadas pela Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiaria da Lei Federal nº. 8.666/93, como a seguir será explanado:

1. Definição do objeto de forma clara e sucinta, sem particularidades exageradas: ()
2. Local onde poderá ser adquirido o edital: ()

3. Local, data e horário para abertura da sessão: ()
4. Condições para participação: ()
5. Critérios para julgamento: ()
6. Condições de pagamento: ()
7. Prazo e condições para a assinatura do contrato: ()
8. Sanções para o caso de inadimplemento: ()
9. Outras especificações ou peculiaridades da licitação: ().

No mérito, a contratação poderá ser levada a efeito pela modalidade indicada, ou seja, o Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, ao amparo da Lei nº. 10.520, conforme dispositivos abaixo transcritos, haja vista tratar-se de serviços comuns, ou seja, "... cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado", vejamos o que dispõe a legislação:

"Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns poderá ser adotada a licitação na modalidade pregão, que será regida por esta lei.

Parágrafo Único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Conclusão.

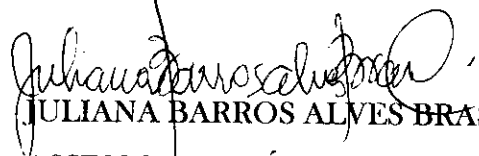
Do exposto, buscando atender aos princípios que regem a administração pública, sobretudo quanto à eficiência e ao interesse à questão, não há dúvida que o presente licitação deverá ser realizado na modalidade Pregão Presencial, considerando que o objeto enquadra-se nas exigências da regulamentação específica e em razão desta modalidade possibilitar a maior disputa entre os interessados e a simplificação do procedimento.

Por fim, objetivando cumprir os princípios da legalidade, moralidade e publicidade, opino pela licitação na modalidade Pregão Presencial, nos termos deste parecer.



É o parecer.

Cândido Sales - Bahia, 26 de Janeiro de 2021.



JULIANA BARROS ALVES BRASIL


ASSESSORA JURÍDICA

OAB/BA 16.618.

A
Comissão de Licitação

O Prefeito Municipal de Cândido Sales/BA no uso de suas atribuições legais informa que após analisar o pedido das Secretarias Municipais e com base no parecer emitido pela Procuradoria Jurídica que define o PREGÃO PRESENCIAL como modalidade apropriada para contratação de empresa para aquisição de Gêneros Alimentícios para atender as necessidades das Secretarias Municipais e setores ligados às mesmas, autoriza a Comissão a proceder a abertura do procedimento Legal de licitação com base na legislação vigente apontado no parecer jurídico, oriundo do processo administrativo nº 012/2021 e seus anexos.

Gabinete do Prefeito, 27 de Janeiro de 2021


Maurílio Lemos das Virgens
Prefeito Municipal



PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021 - SRP

FASE EXTERNA

PUBLICAÇÃO DO AVISO E EDITAL

PRINCIPAIS Entidades e movimentos populares definem calendário de ações

Movimentos farão atos em Salvador por impeachment

DA REDAÇÃO

Partidos e coletivos de esquerda realizaram uma plenária na quarta-feira (27), com o objetivo de realizar atos em Salvador defendendo o impeachment do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). Organizada em parceria com entidades, frentes e movimentos populares, a plenária, intitulada "Fora Bolsonaro de Salvador", definiu a realização de protestos para fevereiro na capital baiana. O encontro contou com a participação de 321 pessoas, representando de 68 entidades, que aprovaram um calendário de atos e atividades pró-impeachment com culminância na carreira marcenada para o dia 2 de fevereiro.

Baseada em três pontos

principais, vacina pelo SUS, emprego e renda emergencial e o impeachment de Bolsonaro, a plenária definiu medidas organizativas. Entre elas, a consolidação da campanha "Fora Bolsonaro"; a formação de comitês populares de saúde; e a conscientização popular sobre os temas da campanha. A ação tem como objetivo "defender os direitos humanos, a luta ambiental, os direitos indígenas, combater o racismo, o machismo e a LGTBfobia".

A mobilização local faz parte de ações nacionais contra o governo Bolsonaro, que ressaltam que o presidente cometeu crime de responsabilidade na condução da crise sanitária oriunda da pandemia da Covid-19.



Partidos e coletivos de esquerda realizaram uma plenária na última quarta-feira

O presidente do PT de Salvador, um dos responsáveis pela organização dos atos, destacou a importância da mobilização. "Está cada dia

mais insustentável a permanência de Bolsonaro na Presidência da República. Além do descaço com a saúde, do boicote à vacina, a crise econômica, a falta de empregos e o retrocesso nos direitos garantidos, o governo Bolsonaro gasta mais de um bilhão em chicle, leite condensado, achocolatado, pizza e não quer pagar R\$ 600,00 de auxílio emergencial. É absurdo. Impeachment sem fim de todo esse governo já", declarou.

Para Ângela Guimarães, presidente nacional da U Negro e da Frente Brasil Po-

pular, "o governo Bolsonaro está imerso em corrupção, é o pior governo do mundo no enfrentamento à pandemia e não tem condições de continuar a frente da nação".

Além dos dirigentes do PSOL, PCdoB, PSB, PCC e PT participaram da plenária as frentes Brasil Popular e Povo sem Medo, e diversas entidades, representando movimentos de mulheres, quilombolas, juvenis, movimentos negros, LGBTQIA+, centrais sindicais, ambientalistas, seguimentos religiosos, lideranças comunitárias e movimentos populares.

Plenária teve participação de 68 entidades, que aprovaram ações para fevereiro

Bruno condena ataques de Bolsonaro à imprensa

FERNANDO VALVERDE

O prefeito Bruno Reis (DEM) criticou o presidente da República, Jair Bolsonaro (sem partido), no episódio onde o presidente atacou a imprensa do país. Durante um evento privado, na 4ª-feira, 27, ao comentar sobre os gastos excessivos com alimentação divulgados, o presidente afirmou que o leite condensado seria destinado a "enfiar no **** da imprensa".

Para Bruno, investidas contra os meios de comunicação são "deserviço". "Acho que o presidente Bolsonaro está prestando um deserviço à democracia. A participação da imprensa no processo democrático é fundamental", afirmou o prefeito.

Para Bruno, investida contra meios de comunicação é "deserviço" à democracia

CANAÍSTRADA

Vereadores criticam processo de reintegração de posse de terreno

CASSIO SANTANA

Vereadores de Salvador criticam o processo de reintegração de posse de um terreno baldio ocupado por 80 pessoas no bairro de Canaístrada. As denúncias são de truculência e ameaças no processo que desaloja as famílias do local. Desde o dia 16 deste mês, o grupo ocupava o espaço localizado na Rua Artermio Costa Valente, ao lado do Colégio Papillon Nobre.

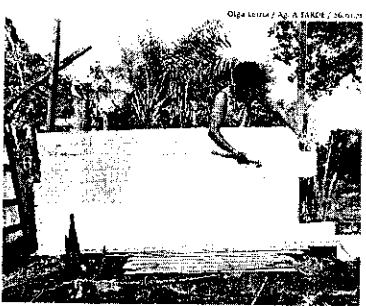
A ação foi capitaneada pelo Movimento Nacional de Luta por Moradia, que afirma que os ocupantes do terreno são pais e mães de família que, durante a pandemia do novo coronavírus, estão sem condições de pa-

gar aluguel e ficaram desabrigados. O movimento denuncia assédios de agentes das forças policiais, que, desde o início da ocupação, teriam visitado o local e feito ameaças. De acordo com um moderador só nos dois dias de ocupação, ocorreram três abordagens diferentes.

Na terça-feira, os ocupantes receberam um documento do Tribunal de Justiça do Estado (TJ-BA), de autoria do Juiz de Direito Ulysses Ribeiro Vieira, exigindo a reintegração imediata do terreno. Na mesma noite, um incêndio atingiu a ocupação, queimando grande parte dos barracos.

A presidente da Comissão de Direitos Humanos e Democracia, Ângela Guimarães, considerou extremamente "preocupante" a forma pela qual o processo de reintegração foi feito. "Em plena pandemia, vivendo em situações adversas, é totalmente inacreditável ver que um processo de reintegração está acontecendo, com famílias sendo expulsas e colocadas nas ruas sem que os poderes e órgãos públicos discutam seu direito a moradia digna", afirmou a m.

Para a vereadora, a questão ultrapassa o fato judicial e envolve o direito à vida e a dignidade humana, principalmente por estar em meio a uma pandemia. "O Movimento Nacional de Luta por Moradia é um movimento antigo de muita batalha, de ser respeitado, assim como os trâmites legais, mas acima de tudo, de assegurar o direito à mo-



Ocupantes mantêm sua casa com material de pvc

Ocupante mantava sua casa com material de pvc

sensibilidade muito grande com os que mais precisam". O vereador Augusto Vasconcelos (PCdoB) lembrou que a capital baiana tem um déficit habitacional muito grande e defendeu as famílias desalojadas. "Isso não deve ser coisa de política e sim de política pública", disse. "Vamos falar o assunto na Câmara", prometeu.

Defensoria Pública De acordo com o defensor público Alex Raposo, que atua no Núcleo Fundiário da Defensoria Pública do Estado da Bahia, as pessoas que foram reintegradas do local estão sendo atendidas e as medidas judiciais cabíveis já estão sendo tomadas.

COMUNISTA LEVI VASCONCELOS ESTÁ EM PRISÃO E RETORNA EM FEVEREIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ DE CASSA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ DE CASSA - BA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ DE CASSA - BA

COMUNIDADE ADEQUADA TRABALHADORES DA LULA
COMUNIDADE ADEQUADA TRABALHADORES DA LULA - BA
COMUNIDADE ADEQUADA TRABALHADORES DA LULA - BA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAJUBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAJUBA - BA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAJUBA - BA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL - BA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL - BA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - BA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - BA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIPI
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIPI - BA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIPI - BA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO SALES
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO SALES - BA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO SALES - BA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTRO ALVES
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTRO ALVES - BA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTRO ALVES - BA

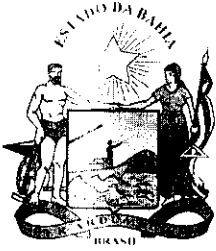
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORIBE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORIBE - BA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORIBE - BA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEC
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEC - BA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASA NOVA/BA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASA NOVA/BA - BA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASA NOVA/BA - BA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGÓINHAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGÓINHAS - BA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGÓINHAS - BA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAFAETE COUTINHO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAFAETE COUTINHO - BA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAFAETE COUTINHO - BA



Diário Oficial do **Município**

Prefeitura Municipal de Cândido Sales

sexta-feira, 29 de janeiro de 2021

Ano IX - Edição nº 01059 | Caderno 1

Prefeitura Municipal de Cândido Sales publica

**Imprensa oficial Favorece a
Gestão Transparente**

Pca Moisés Félix dos Santos | 274 | Centro | Cândido Sales-Ba

www.pmcandidosales.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
62338B739CC9A558EF8A9C832A29211D

Prefeitura Municipal de Cândido Sales

SUMÁRIO

- DECRETO Nº 025 - NOMEIA WELDON BRITO SANTANA DUTRA
- DECRETOS Nº 024 E 026 - NOMEIA MEMBROS CMAS E CONVOCA SERVIDORES.
- PORTARIAS Nº 0118, 119 e 120/021 - NOMEAÇÕES
- PORTARIAS Nº 121 a 124/021 - NOMEAÇÕES.
- AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL 002/2021 – SRP
- RETIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE 004/2021.

Prefeitura Municipal de Cândido Sales

Pregão Presencial



Prefeitura de
CÂNDIDO SALES-BA
GOVERNO PRESENTE, GESTÃO EFICIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO SALES – BAHIA
CNPJ Nº 13.857.123/0001-95

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL 002/2021 – SRP

A Prefeitura Municipal de Cândido Sales – Bahia, em acordo com as Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, torna público que será realizada uma licitação na modalidade Pregão Presencial nº 002/2021 – SRP, cujo objeto é a Contratação de empresa para aquisição de Gêneros Alimentícios para atender as necessidades das Secretarias Municipais e Setores ligados às mesmas, no dia 11.02.2021 às 08:30 hs, na Sede da Secretaria de Educação de Cândido Sales, localizada na Avenida Presidente Costa e Silva, s/nº - Centro. O Edital encontra-se disponível no site <http://www.ipmbrasil.org.br/DiarioOficial/ba/pmcandidosales/licitacoes>. Aline Nogueira Lima Alves – Pregoeira. Cândido Sales, 29/01/2021

Praça Moisés Félix dos Santos, 274 | Centro | Cândido Sales - BA | CEP. 45.157-970 | CNPJ: 13.857.123/0001-95

Pca Moisés Félix dos Santos | 274 | Centro | Cândido Sales-Ba

www.pmcandidosales.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
62338B739CC9A55BEF8A9C832A29211D

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 002/2021 – SRP

- I- REGÊNCIA LEGAL: LEIS FEDERAIS 8.666/93, 8.883/94 E 10.520/02**
- II- MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021 - SRP**
- III- PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 012/2021**
- IV- ÓRGÃOS INTERESSADOS: SECRETARIAS MUNICIPAIS**
- V- TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR LOTE**
- VI- FORMA DE FORNECIMENTO: AQUISIÇÃO PARCELADA POR ITEM**
- VII- RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS RELATIVOS A HABILITAÇÃO E PROPOSTAS - INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES.**

DATA: 11 DE FEVEREIRO DE 2021

HORA: 08:30

LOCAL: Avenida Presidente Costa e Silva, s/n – Centro – Sede da Secretaria de Educação

VIII - OBJETO:

8.1. Constitui objeto desta licitação a contratação de empresa para aquisição de Gêneros Alimentícios para atender as necessidades das Secretarias Municipais e setores ligados às mesmas, conforme especificações constantes no Termo de Referência, que integra o Edital Pregão Presencial nº 002/2021 - SRP - Anexo I.

8.2 - As empresas interessadas, poderão se candidatar, na Licitação objeto deste Edital, ao fornecimento dos produtos constantes do Anexo I.

8.3 - Ao se candidatar ao fornecimento de determinado item, a empresa obriga-se, sob pena de desclassificação, a fornecê-lo.

8.4 - A contratação com a(s) empresa(s) vencedora(s) obedecerá às condições constantes na Minuta do Contrato de Fornecimento, **Anexo V** deste Edital.

IX - FUNDAMENTO LEGAL

9.1 - A presente Licitação será regida pela Constituição Federal, normas gerais Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a Lei nº 8.666/93. E demais normas e redações aplicáveis, bem como as cláusulas, condições e anexos deste Edital, aplicando-se, subsidiariamente, os Princípios de Direito Público, suplementados pelos preceitos de Direito Privado.

9.2 - As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

9.3 - Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento de Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar de certame.

X - DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

10.1 - Poderão participar do certame os interessados credenciados, que atenderem a todas as exigências de habilitação contidas neste edital e seus anexos e, que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado.

10.2- Não serão admitidas empresas em consórcio nem as que estejam suspensas temporariamente de participar e de licitar com a Administração Pública ou, ainda, as declaradas inidôneas, na forma dos incisos II e III do art. 186 da Lei Estadual nº 9.433/05 ou da Lei Federal 8.666/93.

10.3 - É vedado ao agente político e ao servidor público de qualquer categoria, natureza ou condição, celebrar contratos com a Administração direta ou indireta, por si ou como representante de terceiro, sob pena de nulidade, ressalvadas as exceções legais, conforme Lei 10.520/02, Lei Estadual nº 9.433/05 e Lei 8.666/93.

10.4- Os interessados poderão obter o edital no site <http://www.ipmbrasil.org.br/DiarioOficial/ba/pmccandidosales/licitacoes>. Outras informações sobre a licitação serão prestadas pelo Pregoeiro e equipe de apoio pelo email licitacaopmcs21@gmail.com.

XI- CREDENCIAMENTO

11.1- Reputa-se credenciada junto ao pregoeiro a pessoa física regularmente designada para representar a licitante no processo licitatório.

11.2- O credenciamento de sócios far-se-á através da apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, e no caso das sociedades por ações, acompanhado do documento de eleição e posse dos administradores.

11.3- O credenciamento de mandatários far-se-á mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, **nesse caso com reconhecimento de firma**, que contenha, preferencialmente, o conteúdo constante do modelo do **Anexo II**, devendo ser exibida, no caso de procuração particular, a prova da legitimidade de quem outorgou os poderes.

11.4- Cada licitante poderá credenciar apenas um representante, ficando este adstrito a apenas uma representação.

11.5- Os documentos referidos nos itens anteriores poderão ser apresentados em original, cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original, para que possa ser autenticada pelo pregoeiro.

11.6- Iniciada a sessão pública do Pregão, não caberá desistência da proposta.

11.7 – A ausência do credenciado em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa pela senhora Pregoeira.

11.8 - A Credencial deverá ser apresentada, em original, com papel timbrado do licitante de preferência, preferencialmente, de acordo com o modelo Anexo II, com identificação do mandatário (nome, número da cédula de identidade e do C.P.F.), além da autorização para a prática dos atos necessários e inerentes ao procedimento licitatório.

11.9 - Para os licitantes de pessoa física deverão apresentar para credenciamento cópia de documento de identificação com foto e RG.

XII - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1- A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação Anexo III deste Edital, deverá ser apresentada fora dos envelopes A e B.

12.1.1- Caso a licitante apresentar essa declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação Anexo III e tiver com a habilitação irregular e não podendo sanar durante a sessão será aplicado processo administrativo.

12.2- A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 (dois) envelopes fechados e indevassáveis, contendo, em sua parte externa, além do nome da proponente e do nº do CNPJ, os seguintes dizeres:

12.2.1- ENVELOPE “A” PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO SALES-BA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021 - SRP



12.2.2 - ENVELOPE "B" DOCUMENTAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO SALES-BA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021 - SRP

12.3 - A proposta deverá estar em original, datilografada, digitada ou até manuscrita, apenas no anverso, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, rubricadas e numeradas em todas as folhas, datadas e assinadas pelo representante legal da licitante ou pelo seu procurador.

12.4 - Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas ou cópia acompanhada do original para autenticação do Pregoeiro ou por membros da equipe de apoio de Licitação deste Município.

12.5- Na hipótese do item anterior, a habilitação dos proponentes ficará condicionada à verificação dos seus respectivos registros, por meio de consulta a internet.

XIII – DO CONTEÚDO DO ENVELOPE – A, "PROPOSTA COMERCIAL"

13.1 - A proposta de preços deverá conter os seguintes elementos:

- a) Nome, endereço, CNPJ e Inscrição estadual/municipal;
- b) Número do pregão;
- c) Preço unitário e total em moeda corrente do país, no máximo 02 casas decimais exemplo 0,00.
- d) PROPOSTA, **Anexo I**, assinada pelo sócio-gerente, diretor da empresa ou pessoa devidamente qualificada e autorizada, identificando os serviços a que o licitante está concorrendo, o prazo de execução dos serviços, o preço global estimado dos serviços em moeda corrente do País, esclarecendo que os preços se referem ao mês da licitação, com prazo de validade de 60 (sessenta) dias da data de entrega estabelecida no Edital;

13.2 - O proponente deverá elaborar a sua proposta de preços por item para a quantidade total demandada, expressando os valores em moeda nacional, reais e centavos, em duas casas decimais, ficando esclarecido que não serão admitidas propostas alternativas.

13.3 - Na formulação da proposta, ocorrendo divergência entre o preço em algarismo (número) e se tiver o expresso por extenso, será levado em conta este último e caso ocorrendo divergência entre o unitário e o total será considerado o unitário.

13.4 - A proposta apresentada e os lances formulados deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, tais como: impostos, tributos, encargos

e contribuições sociais, fiscais, parafiscais, e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder, rigorosamente às especificações do objeto licitado.

13.5 - A proposta de preços terá validade comercial de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da entrega da proposta, facultado, porém, aos licitantes estender tal validade por prazo superior a este.

13.6 - Não será permitida previsão de sinal, ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento na formulação das propostas, devendo ser desclassificada, de imediato, a proponente que assim o fizer.

13.7 - Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, nem propostas com preço unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

13.8 - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às condições e exigências deste Edital ou que consignarem valor unitário superior aos praticados no mercado ou com preços manifestamente inexeqüíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

13.9 - A formulação da proposta implica para o proponente a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, tornando-o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

13.10 - O Pregoeiro poderá, durante a sessão pública, determinar a qualquer licitante a correção de erros formais em sua proposta, desde que este concorde e assine a proposta corrigida.

13.11 - As Micros e empresas de pequeno porte poderão solicitar seus direitos assegurados na Lei Complementar 123/06, conforme Anexo Modelo VI.

13.12- Na hipótese do item anterior, a habilitação dos proponentes ficará condicionada à verificação dos seus respectivos registros, por meio de consulta a internet.

13.13- As marcas dos produtos ofertados, se houver, deverão constar na Proposta de Preços, sob pena de desclassificação.

13.14- O preço será fixo e irreajustável.

13.15 - A validade dos produtos ofertados será de no mínimo 60 (sessenta) dias a partir da data de entrega.

XIV - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE B)

14.1- O envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir, numerados e relacionados os quais dizem respeito a:

14.2- Documentação Jurídica: Será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a- Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b- Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- c- Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b" deste subitem;
- d- Ato constitutivo devidamente registrado no cartório de Registros Cíveis de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e- Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de cooperativa, nos termos de artigo 107 da Lei Federal n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971, ou empresa, sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

14.3- Regularidade Fiscal: Será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b- Prova de Regularidade no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede ou ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame e alvará de funcionamento;
- c- Prova de regularidade de débito com a fazenda municipal, da sede ou do domicílio da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei;
- d- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal do domicílio ou sede da empresa, mediante certidão expedida pela Secretaria da Receita Federal e Certidão da Dívida Ativa da União INSS emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional.
- e- Prova de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia, (FGTS).
- f- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

14.4 Qualificação Econômico – Financeira: Será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a- Certidão negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data de abertura da licitação ou de execução patrimonial, expedidas pelo distribuidor do domicílio da pessoa física.

b- Balanco patrimonial do último exercício social, devidamente lançados no livro diário registrado na Junta Comercial do domicílio ou sede da empresa, que comprovem a situação financeira desta, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta ou o balanço patrimonial, Escrituração Contábil Digital (ECD), através do SPED – Serviço Público de Escrituração Digital que compreende:

I - livro Diário e seus auxiliares se houver;

II – livro Razão e seus auxiliares se houver;

III – livro Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.

b.1 - As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

b.2 - No caso de empresas enquadradas no SIMPLES NACIONAL poderá apresentar em substituição ao balanço o extrato do SIMPLES NACIONAL dos últimos 03 meses;

b.3. CRP do responsável técnico pelo balanço.

14.5- Qualificação Técnica - Será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

a) Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor, em atendimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para os fins do disposto no inciso V do art. 98 da Lei Estadual nº 9.433/05, de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre

- e não emprega menor de 16 anos, ressalvado, se for o caso, o emprego de menor a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, conforme modelo **Anexo IV** deste Edital;
- b) Declaração de Inexistência de Impedimento legal para licitar ou contratar (**Anexo VII**).
 - c) Declaração que não possua servidor público no quadro de sócio da empresa licitante, conforme modelo - **Anexo IX**.
 - d) Comprovação de aptidão de desempenho da atividade pertinente e compatível com as características com o objetivo da licitação, através da apresentação de no mínimo 01 atestado fornecido por pessoa jurídica de direito publico ou privado.
 - e) Alvará da Vigilância Sanitária

XV - DO PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

15.1 – FASE INICIAL

15.1.1- No horário e local indicado na cláusula VII deste edital, será aberta a sessão pública de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

15.1.2- Concluída a fase de credenciamento, os licitantes deverão entregar à pregoeira a **Declaração de Pleno Conhecimento e Atendimento às Exigências de Habilitação** previstas neste edital, **Anexo III** e após esta fase os envelopes A - Proposta de Preços e o Envelope B - Habilitação, não sendo mais aceitas novas propostas.

15.1.3- Iniciada a sessão pública do pregão e efetuada a entrega dos Envelopes A e B, com a respectiva documentação, não cabe desistência da proposta.

15.1.4- A abertura dos envelopes relativos aos documentos das propostas e de habilitação será realizada sempre em ato público, do qual se lavrará ata circunstanciada assinada pelos licitantes e pela pregoeira.

15.1.5- A pregoeira procederá à abertura dos **Envelopes A**, conferirá e examinará as propostas nele contidas, bem como a regularidade das mesmas.

15.1.6- A análise das propostas pela Pregoeira visará o atendimento às condições estabelecidas neste edital e seus anexos, **sendo desclassificadas as propostas que o objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados no edital** e apresentarem preço baseado exclusivamente em propostas dos demais licitantes.

15.1.7- Ocorrerá a divulgação das propostas recebidas e em consonância com as especificações e condições detalhadas no edital.

15.1.8- A pregoeira, após o exame e conferência das propostas, classificará a de menor preço e aquelas que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente à de menor preço.

15.1.9- Quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no item anterior, a pregoeira classificará as propostas subseqüentes de menor preço, até o máximo de 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

15.1.10- No caso de empate entre duas ou mais propostas, a pregoeira selecionará todas as propostas em condições de igualdade para a etapa competitiva de lances verbais.

15.1.11- Havendo apenas uma proposta, desde que atenda a todas as condições do edital e estando o seu preço compatível com os praticados no mercado, esta poderá ser aceita, devendo a pregoeira negociar, visando obter o melhor preço.

15.1.12- Quando todas as propostas forem desclassificadas, a pregoeira poderá suspender a sessão do pregão e estabelecer uma nova data, com prazo não superior a 03 (três) dias úteis, para o recebimento de novas propostas.

XVI - ETAPA COMPETITIVA DE LANCES VERBAIS

16.1- Após a classificação das propostas de menor preço e aquelas que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço por item, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes selecionados, que deverão, de forma sucessiva e distinta, apresentar seus lances, a começar com o autor da proposta selecionada de maior preço e seguido dos demais, em ordem decrescente, até que não haja mais cobertura da oferta de menor valor.

16.2- Somente serão admitidos lances verbais cujos valores se situem abaixo do menor valor anteriormente registrado.

16.3- Não serão admitidos dois ou mais lances verbais do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

16.4- A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela pregoeira, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

16.5- A pregoeira poderá a qualquer momento na etapa de lances inserir o degrau e retirá-lo, quantas vezes achar necessário.

16.6- Não ocorrendo lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

16.7- Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, a pregoeira examinará a aceitabilidade da primeira oferta classificada quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

16.8- A etapa de lances será considerada encerrada, quando todos os participantes desta etapa declinarem da formulação de lances.

16.9- Sendo aceitável a proposta de menor preço, a pregoeira dará início à fase de habilitação com a abertura do envelope contendo a documentação do proponente da melhor oferta, confirmando as suas condições de habilitação.

16.10- Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, o licitante habilitado será declarado vencedor.

16.11- A Pregoeira poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

16.12- Se a oferta não for aceita ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, a pregoeira examinará a oferta subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda às condições estabelecidas neste edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

16.13- Caso não se realizem lances verbais pelos licitantes selecionados e a proposta de menor preço vier a ser desclassificada ou, ainda, inabilitada, a pregoeira deverá restabelecer a etapa competitiva de lances entre os licitantes, obedecendo os critérios anteriormente definidos neste Edital.

16.14- Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às condições e exigências deste edital e/ou consignarem preços inexequíveis ou superfaturados para o Tribunal, assim considerados aqueles incoerentes com os praticados no mercado para execução do objeto do contrato.

16.15- A Pregoeira, juntamente com a equipe de apoio, lavrará ata circunstanciada da sessão, na qual serão registrados, dentre outros, os seguintes elementos: os licitantes credenciados; as propostas escritas e os lances verbais apresentados, na ordem de classificação; a análise da documentação exigida para habilitação; os recursos interpostos e demais ocorrências relevantes.

16.16- Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser sanadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre habilitação, inclusive mediante a substituição e apresentação de documentos ou verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

J

16.17- A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

16.18- A Ata da sessão deverá ser assinada pela pregoeira, equipe de apoio e licitantes presentes.

16.19- Para a contratação, será observada, em caso de negociação, proposta de preços readequada ao que foi ofertado no lance verbal, que deverá guardar compatibilidade com a proposta escrita.

16.20 – A proposta readequada ao(s) lance(s) verbal (is) a empresa deverá apresentar no prazo máximo de 02 dias úteis, a contar do dia seguinte da sessão de lances. O não atendimento a esse item a empresa poderá sofrer processo administrativo.

16.21 – A proposta escrita readequada do vencedor poderá ser menor do que o ofertado verbalmente para um melhor ajustamento dos valores unitários e totais dos itens. Mas não poderá ser maior do lance verbal vencedor do item.

16.22 – A proposta realinhada deverá ser apresentada de forma impressa devidamente assinada e carimbada e também enviada para o e-mail licitacaopmcs21@gmail.com em arquivo editável em formato doc. Não será considerada proposta enviada em formato pdf.

XVII- DOS RECURSOS E IMPUGNAÇÕES

17.1- Declarado o vencedor, ao final da sessão, qualquer licitante poderá manifestar, motivadamente, a intenção de recorrer da decisão da pregoeira, através do registro da síntese das suas razões em ata, sendo que a falta de manifestação imediata implicará a decadência do direito de recurso e, conseqüentemente, a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor pela pregoeira.

17.2- Manifestada a intenção de recorrer, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentarem contra-razões, se quiserem, em igual prazo, cuja contagem terá início no primeiro dia útil subsequente ao do término do prazo do recorrente.

17.3- O exame, a instrução e o encaminhamento dos recursos à autoridade superior do órgão ou entidade promotora da licitação, será realizado pela pregoeira no prazo de até 03 (três) dias úteis.

17.4- O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.5- A autoridade superior do órgão promotor do Pregão terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para decidir sobre o recurso.

XVIII- DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

18.1- Não havendo manifestação de recurso, a pregoeira adjudicará o objeto da licitação à empresa vencedora para posterior homologação do resultado pela autoridade superior.

18.2- Decididos os recursos eventualmente interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade superior adjudicará o objeto licitado à licitante vencedora, homologando, em seguida, o procedimento licitatório.

18.3- A homologação e a adjudicação do objeto desta licitação não implicará direito à contratação.

XIX- DA CONTRATAÇÃO

19.1- A Adjudicatária será convocada a assinar o termo de contrato no prazo de até 10 (dez) dias corridos, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 10.520/02 e Lei 8.666/93, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração, devendo comparecer à Divisão de Licitações e Contratos, Praça Moisés Félix dos Santos, 274 – Centro – Cândia Sales -Ba.

19.2- Para a assinatura do contrato a empresa deverá representar-se por sócio que detenha poderes de administração, apresentando o contrato social e sua alteração, ou procurador com poderes expressos.

19.3- Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subseqüentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pelo licitante, das condições de habilitação, procedendo à contratação.

19.4- O contrato a ser firmado obedecerá à minuta constante no **Anexo V** deste Edital e será emitido para o CNPJ informado na proposta de preços.

19.5- A Contratada obriga-se a aceitar acréscimos ou supressões, mediante solicitação, por escrito, nas mesmas condições deste Contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

a) Se por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a fazenda Nacional estadual, Municipal e Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante

Praça Moisés Félix dos Santos, 274 | Centro | Cândia Sales - BA | CEP. 45.157-970 | CNPJ: 13.857.123/0001-95

verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

b) Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 03 (três) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, tratada no item VI, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob a pena de a contratação não se realizar.

19.6- A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou apelações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

19.7- Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que se trata o item 18.5, alínea (a) ou se recusar a assinar o contrato, serão convocadas as demais licitantes classificadas para participar de nova sessão pública do Pregão, com vistas à celebração da contratação.

a) Essa nova sessão será realizada em prazo não inferior a 08 (oito) dias úteis, contados da divulgação do aviso por publicação no Diário Oficial do Município.

19.8- O prazo do contrato será de 12 (doze) meses, poderá estender-se caso gere obrigações além dessa data.

19.9- A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme previsto no Art 55, inciso XII da Lei nº 8.666/93.

19.10- A empresa declarada vencedora, em algum dos lotes, deverá, no prazo de 02 (dois) dias úteis após o certame, apresentar as amostras dos itens ganhos para se analisar a conformidade com as especificações solicitadas no edital.

XX- MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA - DO REAJUSTAMENTO E REVISÃO

20.1- Os Preços ofertados serão fixos e irrevogáveis.

20.2 - Somente poderão sofrer realinhamento quando for comprovado um desequilíbrio econômico que comprove uma variação brusca de mercado, tendo como base índices oficiais como IGPM ou outro que vier lhe substituir.

XXI - ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

21.1. Deverá ocorrer no dia, hora e local designados no item VII deste Edital.

XXII - CONDIÇÕES DE ENTREGA

22.1- A entrega será parcelada por item da seguinte forma:

Prazo de entrega:

- a) De 72 horas, a partir da solicitação da Contratante do pedido semanal, quinzenal ou mensal.
- b) Os itens a serem entregues serão os mesmos que estão na Proposta de preços Anexo I.

XXIII - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

23.1 – O pagamento através da apresentação da Nota Fiscal/Fatura no mínimo duas vias e após atestado de recebimento do pedido:

23.1.1 – O pagamento será em até 30 dias, após a apresentação da nota fiscal e atestado a entrega do material dentro do mês, conforme dotação orçamentária prevista na minuta de contrato.

XXIV- FORMA DE EMISSÃO DAS NOTAS FISCAIS /FATURAS

24.1- As notas fiscais ou faturas deverão ser apresentadas de forma separadas por secretarias, pois a prestação de contas será separada.

XXV – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO



25.1- O recebimento dos produtos, objeto desta licitação, obedecerá as normas fixadas das Leis 10.520/02 e 8.666/93, e as demais disposições constantes da Minuta do Contrato **Anexo V** deste Edital.

25.2- Competirá ao Contratante proceder ao acompanhamento e fiscalização da entrega do objeto e registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à contratada, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

25.3- O recebimento será efetuado pela Secretaria Solicitante, que realizará verificação da conformidade do objeto com as especificações do edital, das marcas apresentadas na proposta de preços.

25.4- O recebimento se dará em caráter provisório, inicialmente, até a verificação da conformidade do material com as especificações do Edital, mediante TERMO DE RECEBIMENTO, **Anexo VI**. *(nota fiscal só será liberada para pagamento mediante entrega dos produtos cotados de acordo com o apresentado na proposta de preços e, entrega de todos os itens constantes na solicitação de compra).*

25.5- A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do contratante, não eximirá à contratada de total responsabilidade na execução do contrato.

XXVI- DAS PENALIDADES

26.1- Constituem ilícitos administrativos as condutas previstas nas Leis 10.520/02 e 8.666/93, sujeitando-se os infratores às cominações legais, especialmente as definidas no art. 186 do mesmo diploma, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

26.2- A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

I - 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado;

III - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.



26.2.1- A multa a que se refere este item não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.

26.2.2- Não tendo sido prestada garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à contratada o valor de qualquer multa porventura imposta.

26.2.3- As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

26.3- Será advertido verbalmente, pela pregoeira, o licitante cuja conduta vise perturbar o bom andamento da sessão, podendo essa autoridade determinar a sua retirada do recinto, caso persista na conduta faltosa.

26.4- Serão punidos com a pena de suspensão temporária do direito de cadastrar e licitar e impedimento de contratar com a Administração os que incorrerem nos ilícitos previstos nas Leis 10.520/02, art. 7º e 8.666/93, art. 87, inciso II e art. 93 e 96.

26.5- Serão punidos com a pena de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente para aplicar a punição, os que incorram nos ilícitos previstos nas Leis 10.520/02, art. 7º e 8.666/93, art. 87, inciso II e art. 93 e 96.

26.6- Para a aplicação das penalidades previstas serão levados em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato.

XXVII – RESCISÃO

27.1- A inexecução, total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas na Lei nº 8666/93.

27.2- A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do contratante nos casos enumerados nas Leis 10.520/02 e 8.666/93.

27.3- Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

27.4- O Contratante poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei 8.666/93.

27.5 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, ficando no ato da assinatura deste contrato reconhecido pelas partes os direitos da Administração Pública, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 e seguintes da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

XXVIII - REVOGAÇÃO – ANULAÇÃO

28.1- A licitação poderá ser revogada ou anulada nos termos da Lei 8.666/93.

XXIX- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1- As normas disciplinares desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

29.2- A qualquer tempo, antes da data fixada para apresentação das propostas, poderá a pregoeira, se necessário, modificar este Edital, hipótese em que deverá proceder à divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

29.3- A pregoeira poderá em qualquer fase da licitação, suspender os trabalhos, procedendo o registro da suspensão e a convocação para a continuidade dos mesmos, bem como promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, desde que não implique em inclusão de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

29.4- A pregoeira, no interesse da Administração, poderá relevar falhas meramente formais constantes da documentação e proposta, desde que não comprometam a lisura do procedimento ou contrariem a legislação pertinente.

29.5- Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, prevalecerá o Foro da Comarca de Cândia Sales, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

29.6- Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, a serem assinadas pela Pregoeira e pelos licitantes presentes.

29.7- As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.

29.8- Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas serão rubricadas pela Pregoeira e pelos licitantes presentes que desejarem.

29.9- O resultado do presente certame será divulgado no Diário Oficial eletrônico do Município.

29.10- Os demais atos pertinentes a esta licitação passíveis de divulgação serão publicados no Diário Oficial eletrônico do Município.

29.11 - Os envelopes contendo os documentos de habilitação dos demais licitantes ficarão à disposição para retirada na Divisão de Licitações e Contratos, Praça Moisés Félix dos Santos, 274 – Centro, Cândia Sales – Bahia

29.12- Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

29.13- A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de até 01 (um) dia útil à data fixada para o recebimento das propostas.

29.14- Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

29.15- Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pela Pregoeira, com observância da legislação em vigor, as Leis Federais nº 8.666/93, nº 10.520/2002.

29.16 – Integram o presente Edital:

Anexo I – Termo de referencia

Anexo II– Modelo de Procuração - Credencial

Anexo III – Modelo de Declaração de Pleno Conhecimento

Anexo IV – Declaração do Menor

Anexo V – Minuta de Contrato

Anexo VI - Declaração de enquadramento como Micro ou empresa de Pequeno Porte

Anexo VII – Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo

Anexo VIII – Minuta da Ata de Registro de Preços

Anexo IX - Modelo de Declaração que não possua servidor público no quadro de sócio da empresa licitante

Anexo X – Proposta de Preços

Cândido Sales, 29 de Janeiro de 2021

Aline Nogueira Lima Alves

Pregoeira Municipal

ANEXO I – PREGÃO 002/2021 – SRP

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – DO OBJETO DA LICITAÇÃO E LEGALIDADE

1.1. A presente licitação tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para aquisição de Gêneros Alimentícios para atender as necessidades das Secretarias Municipais e setores ligados às mesmas, conforme especificações constantes neste anexo.

1.2. A Licitação será regida pela Lei nº 10.520/2002, pelo Decreto Federal nº 7.892/13 e subsidiariamente, pela Lei 8.666/93 e demais legislações vigentes e pertinentes a matéria.

2 – JUSTIFICATIVA

2.1. Essa aquisição faz-se necessária para atendimento às demandas das Secretarias Municipais e setores ligados às mesmas, como por exemplo, as Unidades de Saúde, os programas atendidos pela Secretaria de Assistência Social, despesas com Servidores e demais atendimentos.

2.2. Por tratar-se apenas de uma quantidade estimada, a Prefeitura Municipal de Cândido Sales/BA, solicitará a entrega dos materiais/produtos até o montante que achar necessário, as solicitações serão fracionadas de acordo com a demanda. Não havendo solicitação de entrega de algum item, não há compromisso da Prefeitura Municipal de Cândido Sales/BA, pelo seu pagamento.

3 – DOS ITENS E QUANTIDADES

3.1. O presente Termo de Referência tem como objeto o Registro de Preços, nas quantidades totais estimadas, com vigência de 12 (doze) meses, a partir da assinatura da Ata de Registro de Preço.

3.2. No preenchimento da Proposta, o valor unitário e total deve constar apenas com duas casas decimais após a vírgula.

3.3. Para efeito de julgamento dos preços no Pregão Presencial, o critério deverá ser MENOR PREÇO POR LOTE.



LOTE I						
ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANTI	V. UNIT	V. TOTAL	MARCA
1	Açúcar em forma cristalizada de grãos uniformes e transparentes Peso: 1kg	KG	6000	R\$	R\$	
2	Arroz Parbolizado tipo 1 -- 1kilo	KG	6000	R\$	R\$	
3	Arroz Branco Tipo 1 Pacote de 1kg	KG	500	R\$	R\$	
4	Café Torrado e Moido. Pacote de 250g	PC	4280	R\$	R\$	
5	Farinha de Mandioca, seca, fina, branca, tipo 1, pacote de 1 Kg	KG	1900	R\$	R\$	
6	Feijão Carioca Tipo 1 Pacote de 1kg	KG	6000	R\$	R\$	
7	Macarrão espaguete pacote de 500g	PC	2100	R\$	R\$	
8	Macarrão parafuso pacote 500g	PC	1320	R\$	R\$	
9	Óleo de Soja Pet 900ml	UN	2880	R\$	R\$	
10	Sal Refinado. Pacote de 1kg	KG	600	R\$	R\$	
TOTAL GERAL DO LOTE I					R\$	
LOTE II						
ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANTI	V. UNIT	V. TOTAL	MARCA
1	Biscoito de água e sal. Pacote de 400g	Pacote	3000	R\$	R\$	
2	Biscoito de Maisena. Pacote de 400 g	Pacote	3000	R\$	R\$	
3	Biscoito Rosca. Sabores Diversos. Pacote de 400g	Pacote	800	R\$	R\$	
4	Biscoito de Povilho PCT 200g un	Unidade	600	R\$	R\$	
TOTAL GERAL DO LOTE II						
LOTE III						
ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANTI	V. UNIT	V. TOTAL	MARCA
1	Aveia em Flocos finos un	unidade	600	R\$	R\$	
2	Farinha de Milho em Flocos pacote de 500 gr	Pacote	1500	R\$	R\$	
3	Fubá de milho pacote de 500g	Pacote	1000	R\$	R\$	
4	Leite de Coco 200ml un	Unidade	500	R\$	R\$	
5	Milho para canjica pacote 500g	Pacote	1200	R\$	R\$	
6	Milho para pipoca 500g	Pacote	420	R\$	R\$	
7	Farinha de rosca 500gr	Pacote	300	R\$	R\$	
8	Amido de Milho 500	Pagote	600	R\$	R\$	
9	Mingau Multi Cereais 230g	unidade	700	R\$	R\$	
TOTAL GERAL DO LOTE III						
LOTE IV						
ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANTI	V. UNIT	V. TOTAL	MARCA
1	Adoçante Líquido. Embalagem de 100ml	Unidade	500	R\$	R\$	
2	Catchup 390g.	Unidade	800	R\$	R\$	
3	Farinha 200g	Unidade	800	R\$	R\$	

4	Extrato tomate 340g	Unidade	3000	R\$	R\$	
5	Maionese 500g	Unidade	466	R\$	R\$	
6	Milho verde 280g.	Unidade	2000	R\$	R\$	
7	Proteína vegetal 500g	Pacote	800	R\$	R\$	
8	Sardinha lata 125g	Unidade	1620	R\$	R\$	
9	Vinagre 750 ml	Unidade	400	R\$	R\$	
10	Azeite de dendê 500ml	Unidade	400	R\$	R\$	
11	Amendoim Cru sem casca 500g	Unidade	200	R\$	R\$	
12	Molho Inglês 1l	Unidade	20	R\$	R\$	
13	Azeitona sem caroços 150gr	Unidade	1200	R\$	R\$	
TOTAL GERAL DO LOTE IV						

LOTE V

ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANTI	V. UNIT	V. TOTAL	MARCA
1	Achocolatado em pó 400g	Pacote	1800	R\$	R\$	
2	Chocolate Granulado pacote 500 g.	Pacote	150	R\$	R\$	
3	Coco ralado pacote de 1kg sem açúcar	Pacote	160	R\$	R\$	
4	Coco ralado seco pct 100gr un	Pacote	1500	R\$	R\$	
5	Creme de leite 200g	Unidade	1200	R\$	R\$	
6	Farinha de Trigo com fermento pacote de 1kg	Pacote	430	R\$	R\$	
7	Farinha de Trigo sem fermento pacote de 1 kg	Pacote	1000	R\$	R\$	
8	Fermento em pó pote de 100g	Unidade	150	R\$	R\$	
9	Goiabada 300g	Unidade	186	R\$	R\$	
10	Leite condensado 395g	Unidade	1120	R\$	R\$	
11	Margarina cremosa com sal 500g	Unidade	1300	R\$	R\$	
12	Mistura para bolo pacote de 400g	Pacote	400	R\$	R\$	
13	Ovo de Galinha	Dúzia	1000	R\$	R\$	
14	Tapioca em grão 1kg	Unidade	200	R\$	R\$	
15	Manteiga com sal 500g	unidade	150	R\$	R\$	
16	Gelatina com sabor 20gr	unidade	1800	R\$	R\$	
TOTAL GERAL DO LOTE V						

LOTE VI

ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANTI	V. UNIT	V. TOTAL	MARCA
1	Leite Longa Vida 1 Litro	Unidade	6020	R\$	R\$	
2	iogurte de Ameixa 1L un	litro	538	R\$	R\$	
3	iogurte de Morango 1L	litro	538	R\$	R\$	
4	Suco em caixa de 1 L	Unidade	100	R\$	R\$	
5	Suco em pó pacote de 1kg	Pacote	800	R\$	R\$	
6	Suco em Pó (500gr)	pacote	300	R\$	R\$	
7	Suco Líquido, sabor caju natural concentrado s/ açúcar, com mínimo 60% de polpa em grãos de	FD	150	R\$	R\$	

	500ml. c/12 und					
8	Suco Líquido, sabor goiaba natural concentrado s/ açúcar, c/ mínimo 50% de polpa em garrafa de 500ml. c/12 und	FD	150	R\$	R\$	
9	Suco Líquido, sabor maracujá natural concentrado s/ açúcar, c/ mínimo 50% de polpa em garrafa de 500ml. c/12 und	FD	150	R\$	R\$	
TOTAL GERAL DO LOTE VI						

LOTE VII						
ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANTI	V. UNIT	V. TOTAL	MARCA
1	Leite em pó integral instantâneo pacote de 200g (fardo com 50 unidades)	FD	170	R\$	R\$	
2	Leite em pó s/ Lactose 380GR	Pacote	864	R\$	R\$	
3	Leite em pó recém Nascido – 400gr	Unidade	12	R\$	R\$	
4	Leite Desnatado 800gr	Pacote	1000	R\$	R\$	
5	Suplemento Alimentar para Idoso – 380/400bg	Lata	150	R\$	R\$	
6	Suplemento Alimentar Kids Morango – 380/400gr	Lata	150	R\$	R\$	
7	Suplemento Alimentar Kids Chocolate – 380/400gr	Unidade	150	R\$	R\$	
8	Leite em pó 1º semestre de vida, enriquecido com vitaminas e minerais 400gr (caixa com 24)	CX	40	R\$	R\$	
9	Leite em pó 2º semestre de vida, enriquecido com vitaminas e minerais 400gr (caixa com 24)	CX	24	R\$	R\$	
TOTAL DO LOTE VII						

LOTE VIII						
ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANTI	V. UNIT	V. TOTAL	MARCA
1	Caldo de Galinha Caipira 2 cubos 19g	Unidade	1600	R\$	R\$	
2	Canela em pó 50 g.	Pacote	300	R\$	R\$	
3	Canela em casca 20gr	Gramas	3600	R\$	R\$	
4	Coentro Pacote 50g	Pacote	200	R\$	R\$	
5	Colorau pacote 100g.	Pacote	1500	R\$	R\$	
6	Cominho pacote 50g	Pacote	2000	R\$	R\$	
7	Orégano 50 g.	Pacote	260	R\$	R\$	
8	Tempero completo 300g.	Unidade	300	R\$	R\$	
9	Tempero sachê pacote com 12 sachês 35g.	Pacote	220	R\$	R\$	
10	Açafrão 50g	Unidade	200	R\$	R\$	
11	Coentro em Grão 50 g	Unidade	100	R\$	R\$	
12	Folha de Louro 20g	Unidade	1000	R\$	R\$	
13	Camomila 50 g	Unidade	1500	R\$	R\$	
14	Erva Doce 50g	Unidade	4140	R\$	R\$	
15	Nóz Moscada 20gr	Unidade	30	R\$	R\$	
16	Pimenta do reino em pó 15g.	Pacote	1000	R\$	R\$	
TOTAL GERAL LOTE VIII						R\$

LOTE IX						
ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANTI	UNIT	TOTAL	MARCA
1	Carne bovina de 1ª (carne fresca)	KG	4800	R\$	R\$	
2	Carne moída	KG	600	R\$	R\$	
TOTAL GERAL DO LOTE XI						

LOTE X						
ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANTI	V. UNIT	V. TOTAL	MARCA
1	Frango (Coxa e sobrecoxa de frango)	KG	4500	R\$	R\$	
2	Lingüiça calabresa bovina	KG	1000	R\$	R\$	
3	Lingüiça de Frango	KG	1000	R\$	R\$	
4	Salsicha de Frango agranel	KG	500	R\$	R\$	
TOTAL GERAL DO LOTE X R\$						

LOTE XI						
ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANTI	UNIT	TOTAL	MARCA
1	Bala pacote de 700g	Pacote	600	R\$	R\$	
2	Barra de Chocolate de 1 kg	Barra	600	R\$	R\$	
3	Bombom pacote de 1kg com 48 unidades	Pacote	600	R\$	R\$	
4	Chiclete caixa com 100 unidades	Caixa	600	R\$	R\$	
5	Doce tipo wafer, recheado, coberto com chocolate, caixa com 126g, com 20 unidades cada	Caixa	400	R\$	R\$	
6	Pipoca Doce pacote de 20g fardo com 20 unid	Fardo	550	R\$	R\$	
7	Pipoca Salgada pacote de 50g fardo com 30 unid	Fardo	550	R\$	R\$	
8	Pirulito Chiclete pacote com 50 unidades	Pacote	460	R\$	R\$	
TOTAL GERAL DO LOTE XI					R\$	

LOTE XII						
ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANTI	UNIT	TOTAL	MARCA
1	Bolo de Trigo (pequeno)	Unidade	3200	R\$	R\$	
2	Pão de leite	Unidade	40.000	R\$	R\$	
3	Pão Francês	Unidade	20.000	R\$	R\$	
4	Pão para Cachorro quente (tipo bisnagunha)	Unidade	10.000	R\$	R\$	
5	Pão de Forma	Unidade	500	R\$	R\$	
6	Pão de Forma Integral	Unidade	500	R\$	R\$	
TOTAL GERAL DO LOTE XII					R\$	

LOTE XIII						
ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANTI	UNIT	TOTAL	MARCA
1	Refrigerante Sabor Cola 2 litros (fardo com 6)	Fardo	90	R\$	R\$	
2	Refrigerante Sabor Guaraná 2 litros (fardo com 6)	Fardo	90	R\$	R\$	
3	Refrigerante Sabor Laranja 2 litros (fardo com 6)	Fardo	50	R\$	R\$	
4	Refrigerante Sabor Limão 2 litros (fardo com 6)	Fardo	50	R\$	R\$	
TOTAL GERAL DO LOTE XIII					R\$	

LOTE XIV						
ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANTI	UNIT	TOTAL	MARCA
1	Abacaxi	UN	1100	R\$	R\$	
2	Abacate	UN	300	R\$	R\$	
3	Banana da Pratra KILO	KG	2500	R\$	R\$	
4	Banana da terra KILO	KG	600	R\$	R\$	
5	Goiaba	KG	400	R\$	R\$	
TOTAL GERAL DO LOTE XIV						
LOTE XV						
ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANTI	V. UNIT	V. TOTAL	MARCA
1	Limão	KG	800	R\$	R\$	
2	Maçã	KG	1000	R\$	R\$	
3	Mamão	KG	1500	R\$	R\$	
4	Manga	KG	800	R\$	R\$	
5	Maracurá	KG	1000	R\$	R\$	
6	Melancia	KG	3000	R\$	R\$	
7	Melão	KG	600	R\$	R\$	
8	Laranja	KG	2500	R\$	R\$	
TOTAL GERAL DO LOTE XV						
LOTE XVI						
ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANTI	V. UNIT	V. TOTAL	MARCA
1	Batata Inglesa graúda	KG	2000	R\$	R\$	
2	Batata Doce	KG	680	R\$	R\$	
3	Cebola branca	KG	680	R\$	R\$	
4	Cenoura	KG	1200	R\$	R\$	
5	Abobora	KG	1000	R\$	R\$	
TOTAL GERAL DO LOTA XVI						
LOTE XVII						
ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANTI	V. UNIT	V. TOTAL	MARCA
1	Chuchu	KG	1000	R\$	R\$	
2	Quiabo	KG	200	R\$	R\$	
3	Berinjela	KG	120	R\$	R\$	
4	Beterraba	KG	600	R\$	R\$	
5	Tomate	KG	3000	R\$	R\$	
6	Pimentão	KG	2000	R\$	R\$	
7	Aipin	KG	500	R\$	R\$	
8	Repolho	KG	800	R\$	R\$	
9	Pepino	KG	500	R\$	R\$	

TOTAL GERAL DO LOTE XXII

LOTE XVIII

ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANTI	V. UNIT	V. TOTAL	MARCA
1	ALFACE	UN	600	R\$	R\$	1
3	COUVE MANTEIGA	MAÇO	192	R\$	R\$	3
4	COENTRO	MAÇO	1500	R\$	R\$	4
5	CHEIRO VERDE	MAÇO	1500	R\$	R\$	5
6	BRÓCOLIS	MAÇO	240	R\$	R\$	6
7	COUVE FLOR KG	MAÇO	480	R\$	R\$	7
TOTAL GERAL LOTE XVIII					R\$	

LOTE XIX

ITEM	PRODUTO	UNID	QUANTI	UNIT	TOTAL	MARCA
1	Água mineral 500ml. Fardo com 12 unidades	Fardo	270	R\$	R\$	
2	Água Mineral copo de 200 ml. Caixa com 48 unidades	Caixa	60	R\$	R\$	
3	Água Mineral 1,5L s/gás. Fardo com 12 unidades	Fardo	120	R\$	R\$	
4	Água mineral em garrafão de 20L	UN	800	R\$	R\$	
TOTAL GERAL DO LOTE XIX					R\$	

LOTE XX

ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANTI	UNIT	TOTAL	MARCA
1	MILNUTRI-PRONATURA (SOJA) 80G	LT	250	R\$	R\$	
2	NOVAMIL RICE 400G	LT	270	R\$	R\$	
3	PREGOMINPEPTI 400GR	LT	250	R\$	R\$	
4	FORTINI PÓ SEM SABOR 400GR	LT	250	R\$	R\$	
5	LEITE EM PÓ NUTRICIONAL, FORMULADO COM NUTRIENTES ESSENCIAIS PARA IDOSOS 400GR (NUTREN SÊNIOR PÓ)	LT	20	R\$	R\$	
TOTAL GERAL DO LOTE XX					R\$	

4 - DA FORMA DE FORNECIMENTO E ENTREGA/EXECUÇÃO

4.1. As aquisições decorrentes do certame serão formalizadas pela entrega da Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento para licitante vencedora pela Prefeitura Municipal de Cândido Sales/BA, através do setor ou secretaria requerente.

4.2. A empresa contratada deverá entregar os produtos no local indicado pelo setor de compras, nas condições e especificações constantes no Edital.

J

4.2.1. Havendo divergências entre a descrição do objeto constante no edital e a descrição do objeto constante na AE (Autorização de Empenho) Nota de Empenho e/ou AF (Autorização de Fornecimento), prevalecerá, sempre, a descrição deste edital.

4.3. Recebida a Autorização de Fornecimento a contratada/detentora deverá entregar os produtos em um prazo máximo de 03 (três) dias. Sendo o pedido realizado de acordo com a demanda da Secretaria/setor solicitante.

4.4. O produto a ser entregue deverá ser adequadamente acondicionado, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.

4.5. Os produtos deverão ser entregues nos locais indicados sem custo de frete para o Município

4.6. No fornecimento dos produtos licitados, a Contratada/Detentora deverá manter-se em dia com todas as normas que regulam a atividade, sob pena de rescisão contratual e aplicação das penalidades cabíveis.

4.7. Todos os produtos serão recebidos e conferidos, por funcionários designados/informados pela Prefeitura Municipal de Cândia Sales/BA, que rejeitarão os que não estiverem de acordo com os pedidos de fornecimento quanto às especificações, quantidades e qualidade.

4.8. A Contratada/Detentora ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o material que vier a ser recusado, sendo que o simples ato do recebimento não importará a sua aceitação.

4.8.1. No momento da entrega o material que apresentar qualquer imperfeição ou estar em desacordo com o solicitado deverá ser substituído no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da comunicação feita pelo setor requisitante.

5 - OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATADA

5.1. Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações expressamente previstas neste instrumento.

5.2. Zelar e garantir a boa qualidade do fornecimento, em consonância com os parâmetros de qualidade fixados e exigidos pelas normas técnicas pertinentes, expedidas pelo Poder Público;

- 5.3. Responsabilizar-se pelo transporte do produto de seu estabelecimento até o local determinado pela Contratante, bem como pelo seu descarregamento e acondicionamento;
- 5.4. Comunicar a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o seu cumprimento, tão logo esta seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários à Contratante, em até 48 (quarenta e oito), antes do prazo previsto para a entrega;
- 5.5. Arcar com todos os ônus necessários a completa entrega que efetuar, incluindo o pagamento de taxas e emolumentos, seguros, impostos, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes à entrega, inclusive licença em repartições públicas, registros e demais atos pertinentes.
- 5.6. Permitir o acesso à documentos necessários e pertinentes pela Prefeitura e Órgão concedentes de Convênios.
- 5.7. Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a PREFEITURA, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir, decorrentes do ato de entrega e de armazenamento dos produtos.
- 5.8. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto de entrega, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido.
- 5.9. Em tudo agir, segundo as diretrizes da PREFEITURA.
- 5.10. Manter durante a execução do Contrato/Ata, todas as condições de habilitação exigidas para contratação, previstas na legislação em vigor.
- 5.11. Aceitar por parte da Administração, nas mesmas condições contratuais, realizar acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou Ata de RP, conforme estabelecido no §1º do artigo 65.
- 5.12. Assinar Contrato ou documento equivalente originário da Ata de Registro de Preços.

ga

~~OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE~~

- 6.1. Receber e conferir os produtos quando da entrega pela Contratada/Detentora;
- 6.2. Comunicar e exigir a correção imediata de qualquer anormalidade nos produtos por ela (Contratada/Detentora) fornecidos.
- 6.3. Efetuar o pagamento de acordo com o estabelecido neste Instrumento.
- 6.4. Proceder, sempre que julgar necessário, a análise (teste de qualidade) do produto fornecido pela Contratada para fins de verificação de qualidade.
- 6.5. Notificar a Contratada/Detentora, fixando prazo para correção das irregularidades ou defeitos encontrados.
- 6.6. Observar o disposto no Edital do Pregão.

7 – DEMAIS INFORMAÇÕES

- 7.1. Demais informações estão inseridas no Edital, na Ata de Registro de Preços e diretamente na sala da CPL situada no horário e endereço já informados.

9

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021 - SRP

ANEXO II

MODELO DE PROCURAÇÃO PARA A PRÁTICA DE ATOS CONCERNENTES AO CERTAME

Através do presente instrumento, nomeamos e constituímos o(a) Senhor(a) (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº, expedido pela, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº, residente à rua, nº como nosso mandatário, a quem outorgamos amplos poderes para praticar todos os atos relativos ao procedimento licitatório indicado acima, conferindo-lhe poderes para:

(apresentar proposta de preços, formular ofertas e lances, interpor recursos e desistir deles, contra-arrazoar, assinar contratos, negociar preços e demais condições, confessar, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame etc).

Cândido Sales ____ de _____ de 2021

Razão Social (empresa)

CNPJ

Nome e Assinatura do Diretor ou Representante Legal da Empresa

J

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021 - SRP

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO

E

ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Declaramos sob as penas da lei, especialmente em face do quanto disposto no inc. V do artigo 184 da Lei Estadual ou Lei 10.520/02, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação, cientes das sanções factíveis de serem aplicadas a teor do art. 186 do mesmo diploma.

Cândido Sales _____ de _____ de 2021

Razão Social (empresa)

CNPJ

Nome e Assinatura do Diretor ou Representante Legal da Empresa



PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021 - SRP

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR

Declaramos, sob as penas da lei, em atendimento ao quanto previsto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para os fins do disposto no inciso V do art. 98 da Lei Estadual 9.433/05, que não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre,

(X) nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Cândido Sales _____ de _____ de 2021

Razão Social (empresa)

CNPJ

Nome e Assinatura do Diretor ou Representante Legal da Empresa



PREGÃO PRESENCIAL 002/2021 - SRP

ANEXO V

MINUTA

CONTRATO Nº _____/2021

**CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE
SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CÂNDIDO
SALES E**

O **MUNICÍPIO DE CÂNDIDO SALES**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 13.857.123/0001-95, com sede junto à Prefeitura Municipal, localizada na Praça Moisés Félix dos Santos, 274, Centro, Cândia Sales/BA, representado neste ato pelo seu representante o Prefeito Municipal, Sr. Maurílio Lemos das Virgens, portador da Cédula de identidade nº 1013258436, emitida pela SSP/BA, e inscrito no CPF/MF nº 037.492.985-80, residente e domiciliado em Cândia Sales/BA na Rua Rio Branco, nº 359, Bairro Centro, CEP: 45.157-000, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e figura neste ato como coparticipantes o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CÂNDIDO SALES**, inscrito no CNPJ nº 12.244.652/0001-50, localizado na cidade de Cândia Sales/BA, na Rua Joana Angélica, nº 126, Casa, Usina, CEP: 45.157-000, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, designado pelo decreto nº 008 de 04 de Janeiro de 2021, Antônio Marcos Ferreira da Costa, portador da Cédula de identidade nº 666825254, emitida pela SSP/BA, e inscrito no CPF/MF sob o nº 477.948.015-91, residente e domiciliado em Cândia Sales/BA, na Rua Washington Luiz, nº 306, Bairro Lagoinha, CEP: 45.157-000; o **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, inscrito no CNPJ nº 14.781.811/0001, localizado na Avenida Rio Branco, nº 320, Centro, CEP: 45.157-000, neste ato representado pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, designada pelo decreto nº 004 de 04 de Janeiro de 2021, Leide Cleia Lopes Ferraz de Oliveira, portadora da Cédula de Identidade nº 0885285298, emitida pela SSP/BA, e inscrita no CPF/MF sob o nº 031.128.645-30, residente e domiciliada em Cândia Sales/BA, na Avenida Rio Branco, nº 359, Centro, CEP: 45157-000 e, a Empresa, Empresa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede na Cidade de, na, neste ato representado na forma do seu Contrato Social, por seus Diretores, o Sr., brasileiro, dirigente, portador da cédula de identidade, expedida pelo, inscrito no CPF sob nº..... e,

domiciliados em, com endereço na Av., aqui denominada **CONTRATADA** com base no Pregão Presencial nº 002/2021 - SRP, e disposições das Leis Federais 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterada pela Lei 8.883/94, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

I - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui o objeto deste contrato a contratação de empresa para aquisição de Gêneros Alimentícios para atender as necessidades das Secretarias Municipais e setores ligados às mesmas, de acordo com as especificações constantes da Ata de Registro de Preços nº/2021 que integra este Edital Pregão Presencial nº 002/2021 - SRP - Anexo I.

§ 1º - A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste contrato, acréscimos ou supressões na aquisição dos materiais objeto da presente licitação, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme Art. 65 da Lei nº 8.666/93 com as alterações da Lei 8.883/94.

II- CLÁUSULA SEGUNDA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1- As despesas com a contratação, para a execução do objeto licitado, correrão por conta dos recursos municipais da Dotação Orçamentária a seguir designada:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

III - CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 O valor total do contrato é de R\$ (.....), referente aos itens

3.1.1 – O pagamento através da apresentação da Nota Fiscal/Fatura no mínimo duas vias;

3.1.2 – O pagamento será mensal em conformidade aos pedidos entregues no mês, no prazo de até 30 (trinta) dias após fechamento mensal.

§ 1º - Nos preços ofertados na proposta do Contratado já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de transportes, seguros, impostos, taxas de qualquer natureza e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

§ 2º - O pagamento será efetuado com base na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, no mínimo 02 (duas) vias, conforme o caput.

§ 3º - Quando houver erro de qualquer natureza, na emissão da Nota Fiscal/Fatura, o documento será devolvido, imediatamente, para substituição e/ou emissão de Nota de Correção, esse intervalo de tempo não será considerado para efeito de qualquer reajuste ou atualização do valor contratual.

IV - CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

4.1- A entrega será parcelada por item da seguinte forma:

Prazo de entrega:

De 72 horas (03 dias), a partir da solicitação da Contratante do pedido semanal, quinzenal ou mensal.

4.2- O recebimento dos produtos, objeto desta licitação, obedecerá as normas fixadas na Lei 8.666/93, e as demais disposições constantes da Minuta do Contrato **Anexo V** deste Edital.

4.3- Competirá ao Contratante proceder ao acompanhamento e fiscalização da entrega do objeto e registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à contratada, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

4.4- Os produtos objeto deste Contrato serão entregues nos órgãos interessados desta Prefeitura.

4.5- A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do contratante, não eximirá à contratada de total responsabilidade na execução do contrato.

4.6- O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, poderá estender-se caso gere obrigações além dessa data.

V - CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1- A CONTRATADA OBRIGA-SE A:



- a. Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrente de paralisação ou interrupção do fornecimento do material contratado, exceto quando isso ocorrer por exigência da Contratante ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias devidamente comunicadas à contratante no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- b. Efetuar os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato por sua conta, na forma do art. 75 da Lei 8666/93 com as alterações da Lei 883/94;
- c. Notificar o CONTRATANTE, de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança de sua Diretoria, contrato ou estatuto, enviando ao CONTRATANTE, no prazo de sessenta (60) dias, contados a partir da data de registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial ou do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas;
- d. A responsabilidade de que trata esta Cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação dos serviços, nos estritos termos do art. 14 da Lei nº 8.078, de 11.09.90 (Código de Defesa do Consumidor).
- e. Arcar com as despesas do seguro de transporte no deslocamento do(s) equipamento(s) e produtos;
- f. Emitir Notas Fiscais ou Faturas deverão ser apresentadas no mínimo em 02 (duas) vias e será uma nota ou fatura para cada Unidade solicitante, pois a prestação de contas serão separadas.
- g. Reconhecer os direitos da administração, em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei 8.666/93.
- h. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme previsto no Art 55, inciso XII da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único: A empresa deverá apresentar junto com a(s) nota(s) fiscal(is) e/ou fatura(s):

1. **Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal;**
2. **Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual;**
3. **Prova de regularidade junto à Fazenda Federal, referente à Dívida Ativa da União e Tributos Federais;**
4. **Prova de regularidade junto ao FGTS;**
5. **Prova de regularidade junto a Justiça do Trabalho.**

~~VI - CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE~~

6.2- Além das obrigações já previstas no presente contrato, a Contratante obriga-se a:

- a) Publicar o resumo do Contrato e os Aditamentos que houver, no Diário Oficial Eletrônico do Município de Cândido Sales, até o QUINTO DIA ÚTIL do mês seguinte ao da sua assinatura contanto que isto ocorra dentro de 20 dias a contar da referida assinatura, conforme art.61, §1º da Lei 8666/93 com as alterações da Lei 8.883/94.

VII - CLÁUSULA SÉTIMA - DO REGIME E DA FORMA DE EXECUÇÃO

7.1-O regime de execução do presente contrato é de aquisição parcelada por item.

§ 1º - O recebimento definitivo do objeto deste Contrato, só se concretizará após adotados pela Contratante, todos os procedimentos do art. 73, inc. II, das Leis 8.666/93 com as alterações da Lei 8.883/94.

VIII - CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1- O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no presente contrato sujeitará o Contratado às sanções previstas nas Leis 10.520/02 e 8.666/93, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

8.2. A CONTRATADA estará sujeita às sanções previstas na Lei Federal 8.666/93. A multa aplicada para a inexecução do contrato terá os seguintes limites máximos:

8.2.1. 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da sua convocação;

8.2.2. 0,3% (zero vírgula três por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia corrido de atraso no fornecimento, sobre o valor do fornecimento não realizado;

8.2.3. 0,7% (zero vírgula sete por cento) ao dia, sobre o valor do fornecimento não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo;

8.3. A CONTRATADA responderá por qualquer dano ou prejuízo que causar, por ação ou omissão, ao CONTRATANTE ou a terceiros, em razão da prestação dos serviços cobertos durante o período de garantia dos equipamentos fornecidos.

§ Único – A multa a que se refere este item não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.

IX - CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1- A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, observadas, para tanto, às disposições da Seção V, Capítulo III das Leis 8.666/93 com as alterações da Lei 8.883/94.

Parágrafo Único - No caso de rescisão deste Contrato, a Contratada receberá, apenas, o pagamento relativo ao objeto fornecido à Contratante.

9.2 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, prevista no art. 77 e seguinte da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações

X - CLÁUSULA DÉCIMA - COBRANÇA JUDICIAL

10.1- As importâncias devidas pela Contratada serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato, título executivo extrajudicial, ressalvada a cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

XI - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. É vedado à CONTRATADA transferir este Contrato a terceiros.

11.2. Após a assinatura deste Contrato, toda comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de correspondência devidamente registrada.

11.3. São partes integrantes deste Contrato o Pregão Presencial nº 002/2021 - SRP, incluindo as condições ali estabelecidas e as correções e esclarecimentos feitos durante o processo licitatório, bem como as Propostas de Preços da CONTRATADA, além dos Anexos ao Edital do Pregão Presencial nº 002/2021 - SRP.

XII - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FORO

12.1- As partes elegem o Foro da Cidade de Cândido Sales, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, das testemunhas.

[Handwritten signature]



12.2- E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03(três) vias de igual teor e forma na presença, que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Cândido Sales ____ de _____ de 2021

Prefeito

Contratante

Contratada

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021 - SRP

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Para fins do disposto no Edital do Pregão Presencial nº 002/2021 - SRP, **declaro**, sob as penas da lei, que a empresa _____, inscrita no CNPJ no _____, cumpre os requisitos legais para a qualificação como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte estabelecidos pela Lei Complementar no 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nessa Lei Complementar e no Decreto nº 6.204, de 05.09.2007.

Declaro, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e que se compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, caso seja declarada vencedora do certame.

Cândido Sales-Ba.,de de 2021

RAZÃO SOCIAL

CNPJ

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

E ASSINATURA



PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2021 - SRP

ANEXO VII

MODELO DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO

Eu,, representante da empresa
....., CNPJ:, interessado em participar
no Processo Licitatório, PREGÃO PRESENCIAL nº. 002/2021 - SRP, da PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE CÂNDIDO SALES, DECLARO, sob as penas da Lei, que inexistente impedimento legal
contra esta empresa que impeça de licitar ou contratar com a Administração Pública.

Cândido Sales-Ba.,de de 2021

RAZÃO SOCIAL

CNPJ

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

E ASSINATURA

g



PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2021 - SRP

ANEXO VIII

MINUTA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos XX dias do mês de XX de 2021, de um lado **A PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO SALES**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 13.721.188/0001-09, com sede junto à Prefeitura Municipal, localizada na Praça Moisés Félix dos Santos, 274, Centro, Cândia Sales/BA, representado neste ato pelo seu representante o Prefeito Municipal, Sr. XXXXX, portador da Cédula de identidade nº XXXX, emitida pela SSP/BA, e inscrito no CPF/MF nº XXXXX, residente e domiciliado em Cândia Sales/BA na XXXX, nº XXX, XXX, CEP: XXXX, com ADESÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, responsáveis pelo PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2021 - SRP, e de outro lado, a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em xx/xx/2021, doravante denominada **FORNECEDOR**, com base na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, têm entre si, justo e avençado a presente ata que, quando publicada, terá efeito de **Compromisso de fornecimento**, observada as condições estabelecidas no Ato Convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO (S) FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S): A partir desta data, fica(m) registrado(s) nesta PREFEITURA, observada a ordem de classificação, os preços do(s) fornecedor(es) registrado(s) a seguir relacionado(s), objetivando a aquisição de Gêneros Alimentícios para atender as necessidades das Secretarias Municipais e setores ligados às mesmas, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

<p>Empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CNPJ nº. xx.xxx.xxx/xxxx-xx, com sede na Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx nº xxx, xxxxxxxxxxxxxxxx, CEP: xxxxx-xxx, xxxxx, telefone (xx)xxxxxxxx, fax (xx) xxxxx-xxxx, representada por seu procurador, Sr. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, brasileiro, casado, residente e domiciliado em XXXXXXXXXXXX, RG n. xx.xxx.xxx-x SSP, CPF xxx.xxx.xxx-xx.</p>	
Item XXX:	<p>XXXX UNI. _____ Descrição dos itens</p> <p>XXXX UNI. _____ Descrição dos itens.</p>
<p>Valor unitário registrado: R\$ xxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).</p>	

2 - DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO: O ajuste com o(s) fornecedor(es) registrado(s) será formalizado pela Prefeitura mediante emissão de autorização de fornecimento de produtos, observadas as disposições contidas no Edital do Pregão Presencial nº 002/2021 - SRP.

2.1 - O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante **Autorização do fornecimento**, decorrente desta Ata de Registro de Preços e Edital de Pregão Presencial nº 002/2021 - SRP.

2.2 - O(s) fornecedor(es) registrado(s), dentro dos quantitativos estimados, fica(m) obrigado(s) a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

2.3 - O fornecedor obriga-se a manter, durante toda execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por eles assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigida na Licitação.

Parágrafo Único: A empresa deverá apresentar junto com a(s) nota(s) fiscal(is) e/ou fatura(s):

1. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal;
2. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual;
3. Prova de regularidade junto à Fazenda Federal, referente à Dívida Ativa da União e Tributos Federais;
4. Prova de regularidade junto ao INSS;
5. Prova de regularidade junto ao FGTS;
6. Prova de regularidade junto a Justiça do Trabalho.

3 - DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS: A Prefeitura adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

4 - DOS PREÇOS: A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo a PREFEITURA convocar os fornecedores registrados para negociar o novo valor.

4.1 - Caso o fornecedor registrado se recuse a baixar os preços registrados, a PREFEITURA poderá cancelar o registro e convocar todos os fornecedores registrados para oferecerem novas propostas, gerando novo julgamento e adjudicação para esse fim.

4.2 - Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ~~reservada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.~~

5 - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses** contada a partir da data de sua assinatura e Decreto Federal nº 7.892/13.

6 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A publicação resumida deste Ata de Registro de Preços na Imprensa Oficial do Município, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

7 - DO FORO: O Foro para dirimir questões relativas ao presente compromisso de fornecimento de produtos será o Foro da Comarca de Cândido Sales, Bahia, com prejuízo a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

PREFEITURA

FORNECEDOR

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF:



PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021 - SRP

ANEXO IX

**MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUA SERVIDOR PÚBLICO NO QUADRO DE SÓCIO
DA EMPRESA LICITANTE**

Declaramos, sob as penas da lei, que não possuem servidores públicos federais, estaduais ou Municipais e nem ainda da esfera judiciária ou Legislativa em nosso quadro de sócio, dirigente, gerentes e responsáveis técnicos e que os mesmos estão aptos a participar desta licitação, atendendo ao disposto no inciso III do art. 9º da Lei Federal 8.666/93.

_____, ____ de _____ de 2021

Razão Social:

CNPJ:

Nome e Assinatura do Diretor ou Representante Legal da Empresa

J



ANEXO X – PREGÃO 002/2021 – SRP

PROPOSTA DE PREÇOS

RAZÃO SOCIAL/NOME: _____
CNPJ: _____
ENDEREÇO: _____
CIDADE: _____ CEP: _____
TELEFONE: _____

DADOS BANCARIOS (preenchimento não obrigatório):
BANCO: _____ AGENCIA: _____ CONTA: _____

NOME DO SIGNATÁRIO (para assinatura do contrato): _____
CPF: _____ IDENTIDADE: _____ ESTADO CIVIL: _____
ENDEREÇO: _____

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	MATERIAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
				TOTAL	

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$.....(.....)

OBSERVAÇÕES:.....

Declaramos, que em nosso preço estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeita entrega dos produtos, inclusive as despesas com mão de obra especializada ou não, encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por

quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como todos os custos necessários para

atendimento às exigências e determinações do Edital; enfim, tudo o que for necessário para a entrega parcial e ou total dos materiais, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao Município.

Declaramos igualmente, que:

- a) Temos pleno conhecimento dos materiais a serem entregues;
- b) Recebemos do Município de Cândido Sales/BA todas as informações necessárias a elaboração da nossa proposta;
- c) Estamos cientes dos critérios de pagamento especificados no edital, com eles concordamos plenamente;
- d) Obrigamo-nos, ainda, caso nos seja adjudicado o objeto, a assinar o contrato/Ata dentro do prazo estabelecido, contada da data de notificação do Município de Cândido Sales/BA, bem como atender a todas as condições prévias a sua assinatura, sob pena das sanções cabíveis;

Declaramos ainda que esta proposta tem o prazo de validade mínima de 60(sessenta) dias.

DATA: _____/_____/_____

NOME

Representante Legal da Licitante

